

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

DEFINIÇÃO, DESCRIÇÃO E NOMEAÇÃO EM DICIONÁRIOS DO SÉCULO XIX

Daiane Siveris
daiasiveris@gmail.com
Iniciação Científica
FIPE/UFSM
Nina Rosa Licht Rodrigues
nina.licht@yahoo.com.br
Graduanda
UFSM
Verli Petri
vpetri@terra.com.br
Orientadora
Laboratório Corpus-UFSM

O presente trabalho tem como objetivo apresentar resultados parciais advindos do projeto de pesquisa intitulado *Língua, sujeito e história: o gaúcho no processo de dicionarização da Língua Portuguesa no/do Brasil* (FIPE-UFSM). Para tanto, neste trabalho, propomos analisar a presença/ausência de regionalismos nos prefácios de três dicionários nacionais de Língua Portuguesa do século XIX. São eles: o *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*, de Caldas Aulete (1881); o *Novo Dicionário Universal Portuquez*, de Francisco de Almeida (1889) e o *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (1899). Além disso, analisaremos a presença de diferentes modos de definir, de descrever e de nomear os verbetes presentes nesses instrumentos linguísticos, especificamente, o “gaúcho”, o “homem” e a “mulher”, de modo que possamos verificar se o que é proposto nos prefácios, de fato, se concretiza na elaboração dos dicionários. Nosso trabalho filia-se à Análise de Discurso, de linha francesa, bem como aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos hoje no Brasil.

Inicialmente, é necessário definir o que é o dicionário. Muito mais do que apenas um instrumento linguístico, ele se constitui, do nosso ponto de vista, como um objeto discursivo, no qual o saber sobre a língua constitui-se, institui-se, organiza-se, reorganiza-se; bem como é retomado, é construído e é desestabilizado, produzindo efeitos de sentidos, sejam eles dados, postos, já-ditos ou

novos, atualizados, reformulados. Em outras palavras, um espaço de construção, desconstrução e reconstrução de sentidos, um lugar em que o sentido pode ser outro.

E é sob este prisma que nos voltamos ao prefácio – lugar da possibilidade de observação das condições de produção e da posição do sujeito lexicógrafo – para analisar como, neste espaço, é possível observar regularidades e particularidades referentes à língua portuguesa, à constituição dos dicionários como um todo, confirmando ou rechaçando a ideia de que o dicionário é realmente o lugar da incompletude do discurso e dos sentidos.

Analisando os prefácios desses dicionários, observamos que, no final do século XIX, começa-se a incorporar os brasileirismos nos dicionários de língua portuguesa, e é desta maneira que começam a aparecer também os regionalismos. Em Caldas Aulete (1881), temos algumas marcas desses termos brasileiros e a *coadjuvação valiosíssima e honrada que elle* – o dicionarista – *recebeu dos homens mais eminentes portuguezes e brasileiros*. Assim, observa-se uma tentativa de dicionarizar a língua do português do Brasil. No entanto, a fase ainda é inicial. Nada é mencionado no prefácio sobre essa inclusão desses brasileirismos. Somente há o agradecimento aos colaboradores. Entretanto, é a partir do termo *brasileiro*, a referência a *Gonçalves Dias* e a *José de Alencar*, ainda na parte introdutória do dicionário, que nos permite afirmar que já temos uma tentativa de dicionarização de uma língua nacional do Brasil, pela voz de portugueses de Portugal.

Uma década após, Francisco de Almeida (1891) não só inclui em seu dicionário brasileirismos, mas também regionalismos, como é o caso do verbete “gaúcho”, não encontrado em Caldas Aulete. Segundo os editores, (...) *seria realmente lamentável que o nosso paiz continuasse a não possuir um d’esses livros de tamanha importância e utilidade prática, quando lá fora o número delles se torna cada vez mais considerável*. Nesse fragmento, é importante observar a relação que se estabelece com o *lá fora*, o estrangeiro em oposição ao nacional. Se os países estrangeiros possuem seus dicionários, é também necessário termos um dicionário da língua portuguesa, um lugar em que essa língua possa ser sistematizada e onde ela se estabilize.

Assim, poderíamos pensar que uma língua sistematizada – a língua imaginária – na qual os sujeitos estão em constante relação, fixando e normatizando, “daria conta de uma unidade e uma identidade nacional” (MARIANI, 2008, p. 26). Contudo, o que se evidencia no dia a dia, o que se destaca nas relações entre os sujeitos, não é a língua imaginária, mas sim a língua fluida, a que movimenta os sentidos, a memória discursiva dos sujeitos falantes, a que desestabiliza, que não se deixa sistematizar, que torna único “o modo do brasileiro falar sua língua” (ibidem, p.26).

E é esse “modo do brasileiro falar sua língua” que nos faz refletir sobre a constituição da nação brasileira, a constituição da língua portuguesa do/no Brasil. A constituição dessa língua do Brasil se dá na/pela relação do nacional com o estrangeiro, na/pela relação dos índios com os portugueses, com os africanos e, posteriormente, com os imigrantes europeus. Assim, aos poucos, vai sendo definida uma língua que não é estritamente brasileira e que até hoje não consegue se libertar da influência lusitana.

No final do século XIX, Cândido de Figueiredo, em seu prefácio de 24 páginas, incita os *homens letrados do Brasil* a produzir e publicar um dicionário, a fim de *desvanecêr obsequiosamente as dúvidas que ele formula a propósito de vários termos brasílicos, cuja pronúncia, ou cuja escrita ou cujo significado não ressaltam claros dos livros que me serviram de texto*. Ninguém melhor que o próprio falante ou estudioso da língua portuguesa do Brasil para saber o significado das palavras *brasílicas*, uma vez que o “funcionamento do dicionário se dá na relação do sujeito com a língua, incluindo sua relação com a memória discursiva.” (ORLANDI, 2002, p. 103).

Na análise dos prefácios, observamos as críticas que são feitas aos outros dicionários já elaborados e publicados. Essas críticas referem-se aos modos de definição dos verbetes – *as definições apresentadas pelos nossos dicionaristas representam em geral a ignorancia da ideia, alliada ao burlesco da forma (...)* e, em outros momentos ao dicionário como um todo – *além de incompleto e imperfeito, não pôde já, por muito antigo, satisfazer de modo algum no estado de adeantamento a que chegaram em nossos dias os conhecimentos humanos*. Segundo Nunes (2007, p. 167), o que geralmente é criticado pelos analistas de dicionários¹ é a “ausência de palavras, como indicação de “erro” em vista de uma definição considerada “correta”, ou como defesa de um método de elaboração considerado mais adequado do que outro”.

É o progresso das técnicas e das ciências que faz com que haja uma necessidade de que os instrumentos linguísticos também sejam atualizados. Por consequência, as definições usadas no século XVIII não podem ser as mesmas no século XIX. Observa-se que os dicionaristas são tomados como sujeitos insipientes com relação aos instrumentos linguísticos que produzem, bem como são ridicularizados pela maneira como criam seus textos, pois não observam o desenvolvimento social.

E, dessa forma, um ponto importante para se refletir, é o público a quem se destinam esses dicionários. Esses instrumentos linguísticos não têm um leitor específico. São dicionários da Língua Portuguesa. Embora não apresentem todas as palavras dessa língua, esses instrumentos possibilitam o acesso a todos os que foram alfabetizados, seja o acesso a termos técnicos de áreas específicas, seja a termos da linguagem popular. Vejamos, então, como são os processos de definir, descrever e nomear os verbetes presentes nos dicionários nacionais.

Começemos a pensar um pouco sobre o que seriam os termos definição, descrição e nomeação. *Definir* é determinar a significação de uma palavra, é segundo Houaiss (2001), “indicar o verdadeiro sentido” de um termo. Contudo, essa definição pode vir acompanhada de uma descrição, ou seja, “uma representação no seu todo ou em detalhes” (ibidem, p. 972). Assim, para *definir* determinado vocábulo pode-se ter uma enumeração de características correspondentes a ele, o que evidencia uma descrição e não mais uma definição.

Já a descrição, segundo Orlandi (1989), não é uma “enumeração arbitrária de coisas do mundo, mas da construção de uma relação de interlocução, regulada e objetivada pela situação

¹ Cabe destacar que esses não são os analistas de discurso, pois estes, conforme Nunes (2007, p. 167), “objetivam identificar as filiações históricas do discurso do dicionário, as posições do lexicógrafo, as concepções de língua que ele sustenta ou pressupõe em determinadas conjunturas”.

discursiva na qual se produz” (p.116). Ou seja, entendemos que quando um verbete tem seu significado apresentado através de uma descrição, as escolhas não são arbitrárias. É essa seleção que permite que se estabeleça a relação entre locutor e interlocutor, que “engaja, compromete, traz para dentro o interlocutor” (ORLANDI, 1989, p. 119). E essa descrição pode ser denominada, de acordo com Orlandi, de “definição descritiva”, ou seja, aquela que “se caracteriza pelo fato de enumerar objetos ou descrever as suas características, como forma de agrupá-los sob a rubrica a que os refere.” (ibidem, p. 120)

A nomeação, por sua vez, é uma forma de designar pelo nome, de atribuir um nome, de denominar e, segundo Guimarães (2003, p. 21) nomear “é dar existência histórica”, ou seja, falar do gaúcho, por exemplo, é incluí-lo na história do Rio Grande do Sul, porque ele designa um habitante nascido nesse estado. Ainda, conforme Guimarães (p.21) nomear é “distinguir”. Distinguir o gaúcho dos demais habitantes do Brasil. É torná-lo um sujeito único, individualizado, mas que está em relação com os outros que também são sul-rio-grandenses e brasileiros, como homem e mulher no seu sentido mais amplo.

No entanto, quando procuramos as palavras no dicionário ou numa enciclopédia, não temos tanta preocupação em saber se é uma definição, uma descrição ou uma nomeação. O que mais nos interessa nesses casos é obter um significado, um sentido para o que buscamos. E o lugar no qual buscamos esse significado, esse sentido, geralmente é o dicionário. Lugar esse no qual acreditamos estarem depositadas todas as palavras na sua transparência, no seu sentido correto, preciso e objetivo, e que não tenha o que interpretar ou duvidar. “Que seja um mundo construído pela ciência da linguagem com a própria linguagem”. (SILVA, 1996, p. 151).

E, da mesma forma, podemos perceber que “toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2005, p. 43) e, por isso, um verbete vai remetendo a outros verbetes, cujo processo de “palavra-puxa-palavra, um significante-puxa-outro significante” (SILVA, 1996, p. 154), torna-se uma rede na qual a alteridade, a memória e a história são mobilizadas. Os lugares do sentido, do sem-sentido, do já-lá, do já-dito, emergem nessa rede de significantes e significados.

É o que podemos observar nos três verbetes. O “gaúcho” é o sujeito *procedente de portugueses ou hispanhoes, dedicado á criação de gado vaccum e cavallar e notável por seu valôr e agilidade*. Além da origem que se constitui como uma característica, também nos são apresentadas características específicas de um sujeito corajoso, destemido, o qual se distingue dos demais, pela sua rapidez, eficiência no trato com os animais.

Da mesma forma, podemos notar no verbete “homem” a descrição. Ele é descrito como o sujeito que possui o *dom da palavra ou linguagem articulada* e que é distinto dos demais seres *pela intelligencia*. É aquele *que procede maduramente, que tem o pensar, o juízo e qualidades proprias do homem maduro. O que possui os requisitos e qualidades necessarias para um determinado fim (...)*|| *O que tem a coragem, o valor, a firmeza de animo propria do homem forte*. Podemos notar que o

“homem” está sendo caracterizado pela sua idade madura, sua experiência de vida, deixando de lado, portanto, o homem criança, pueril, jovem, inexperiente. E essa etapa traz como consequência a responsabilidade, a determinação, a persistência, a bravura, a valentia, características próprias dessa fase da vida.

E, quando analisamos como é descrita a mulher no dicionário de Caldas Aulete (1881), observamos que anterior à descrição aparece a nomeação, contudo, também como forma de especificar e de caracterizar a mulher da qual se fala. *Mulher de casa: a que sabe dirigir a administração interna de uma casa, e cuidar com economia e providencia da vida e educação de sua família*. Além disso, em Francisco de Almeida (1891), “mulher” é *a que está casada com relação ao marido; esposa*.

Observamos, nesses dois dicionários que a mulher é descrita sempre em relação a alguém ou a alguma coisa. Ela assume um papel predominantemente de dona de casa, que cuida de tudo e de todos, como uma obrigação. E, a partir disso, poderíamos perguntar: mulher é só aquela que está casada? E, em que lugar estaria a mulher solteira, a divorciada... O dicionário não abrange todos os sentidos, e é devido a detalhes como este que podemos pensar na incompletude dos instrumentos linguísticos.

E, pensando por fim no “gaúcho”, temos a nomeação rememorando um tempo em que o sentido não está mais atrelado ao pejorativo, como acontece em outras condições sócio-históricas. Agora, o gaúcho já é um sujeito notável, que tem seu valor, seu reconhecimento por suas funções, embora um habitante *semi selvagem*. Contudo, em poucos anos – 1881 até 1899 – já observamos algumas diferenças quanto à definição desse verbete.

Em 1881, ele sequer era dicionarizado, no caso de Caldas Aulete. Isso pode ser explicado, talvez, pelo fato de termos, nesse período, uma língua bastante vinculada ao domínio português e talvez ainda pelo fato de a primeira edição ter sido publicada em Portugal. Um período no qual a incorporação de brasileirismos em dicionários de Língua Portuguesa ainda estava em fase inicial.

Em 1891, ainda com sentido um pouco pejorativo – *semi selvagem* – ele já se destaca como sujeito habitante do Rio Grande do Sul, bem como do Uruguai e, em parte, da Argentina. Acreditamos que seja um termo pejorativo porque, se fossemos ver o significado de *semi selvagem*, poderíamos encontrar o “gaúcho” próximo ao homem animalesco, sem modos, não domesticado, não civilizado. E, em 1899, porém, já não temos nenhuma referência ao sentido pejorativo, visto que ele passa a nomear o sujeito que trabalha, que tem seu reconhecimento pelo que faz.

Se comparássemos esse vocábulo com outras épocas, mais remotas, observaríamos que, inicialmente, sequer ele existia e, posteriormente, começou a ser nomeado como gaudério “um tipo social nos primórdios da antiga Província de São Pedro, durante o período (...) do aventureiro que desertava das tropas regulares, identificando-se com a vida rude dos coureadores, contrabandistas, vagabundos e ladrões de gado” (CHAVES, 1982, p. 133). Em outras palavras, esse vocábulo deixa de ser descrito de uma maneira geral, nacional, para ser descrito com um linguajar regional “gaudério”, próprio do âmbito local em que se encontra e, por conseguinte, é influenciado. E hoje corresponde aos

sujeitos habitantes do Rio Grande do Sul, isto é, deixa de pertencer a um lugar específico “Província de São Pedro” e passa a fazer parte/incorporar condições culturais, políticas, sociais e econômicas de uma sociedade e/ou nação maior.

Enfim, o dicionário é um instrumento linguístico elaborado pelos sujeitos em determinados momentos e sob diversas condições sócio-históricas. É nesse instrumento, assim como nas gramáticas, que temos uma representação da língua oficial da nação, no nosso caso, a língua portuguesa. E a elaboração de um dicionário, bem como sua circulação no meio social, deve-se à relação que o sujeito estabelece com a sua língua. Neste trabalho, foi possível observar que os prefácios se constituem como uma importante fonte de informações sobre as condições de produção. Pudemos ver que os dicionaristas do final do século XIX estavam preocupados em elaborar dicionários que acompanhassem o progresso da sociedade, ou seja, a ênfase era dada também aos termos de ordem técnica e científica. As definições, descrições e nomeações de brasileirismos vão evoluindo conforme o passar dos anos e conforme a elaboração de novos instrumentos. Em Caldas Aulete (1881), a inclusão de vocábulos brasileiros ainda era rara se comparada com os outros dois dicionários, ambos posteriores. No dicionário de Francisco de Almeida (1891), já apareciam até regionalismos, tais como o verbete “gaúcho”. E, Cândido de Figueiredo (1899), agradeceu a ajuda recebida de brasileiros na elaboração de seu dicionário e incitou os sujeitos a elaborarem o seu instrumento linguístico, uma vez que, como já dito, é nessa relação constante do sujeito com a língua que se fixa, se sistematiza e se (des) estabiliza uma língua nacional.

Quanto aos processos de definição, descrição e nomeação que começamos a analisar, podemos dizer que estão presentes nos dicionários, mas estes não estão isolados. Quando temos alguma definição, podemos tê-la através da descrição e exemplificada por meio de uma nomeação. Na designação de um verbete, podemos encontrar os três processos. Além disso, esses verbetes vão remetendo a outros e, dessa forma, é possível confirmar nossa hipótese de que o dicionário não é completo, não contém todos os sentidos de uma palavra. A partir da remissão a outros verbetes, observa-se que se forma uma rede de significados que não cessa e que pode sempre apontar para outro sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Francisco de. **Novo Dicionário Universal Portuguez**. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1891.
- AULETE, Caldas. **Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- CHAVES, Flávio Loureiro. **Simões Lopes Neto: regionalismo e literatura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo Dicionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899.
- GUIMARÃES, Eduardo. A marca do nome. In: Revista **Rua**. Campinas, SP, 2003.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MARIANI, Bethania. Língua nacional e pontos de subjetivação. In: **Revista GEL**. Vol. 01, 2008.

- NUNES, José Horta. Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: O caso do dicionário. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Política Lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- _____. GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes**: discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.
- SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Pucinelli. **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.